

**EDcl no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.390.095 - RS
(2018/0286176-5)**

RELATORA : **MINISTRA NANCY ANDRIGHI**
EMBARGANTE : **RITMO VEÍCULOS LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL**
ADVOGADOS : **JOAO ADALBERTO MEDEIROS FERNANDES JUNIOR -**
RS040315
LAURENCE BICA MEDEIROS - RS0056691
ARTHUR ALVES SILVEIRA - RS0080362
LUCIANA DA SILVEIRA - RS102719
EMBARGADO : **VALMIR DA SILVA CORREIA**
ADVOGADOS : **FERNANDA MARIA PREUSSLER - RS031723**
CASSIO DE BASTIANI - RS077012
EMBARGADO : **JOAO OLIMPIO RODRIGUES DA SILVA**
ADVOGADOS : **FERNANDA MARIA PREUSSLER - RS031723**
CASSIO DE BASTIANI - RS077012

EMENTA

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VÍCIOS. INEXISTÊNCIA.

1. Devem ser rejeitados os embargos de declaração quando inexistir qualquer vício a ser sanado no julgado embargado.
2. Embargos de declaração rejeitados.

DECISÃO

Embargos de declaração no agravo em recurso especial, opostos por RITMO VEÍCULOS LTDA - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL, contra decisão unipessoal que não conheceu do agravo que interpusera, e que foi assim fundamentada:

Cuida-se de agravo em recurso especial interposto contra decisão que inadmitiu recurso especial, fundamentado no art. 105, inciso III, da Constituição Federal.

Da análise dos autos, constata-se que a decisão agravada inadmitiu o recurso especial com base neste(s) fundamento(s): Súmula 83/STJ (acerca da responsabilidade solidária de toda a cadeia de fornecimento pela garantia de qualidade e adequação do produto perante o consumidor) e Súmula 7/STJ (quanto ao afastamento da responsabilidade solidária).

Entretanto, a parte agravante não demonstrou, de maneira consistente, a inaplicabilidade do(s) seguinte(s) óbices: Súmula 83/STJ (acerca da responsabilidade solidária de toda a cadeia de fornecimento pela garantia

de qualidade e adequação do produto perante o consumidor) e Súmula 7/STJ (quanto ao afastamento da responsabilidade solidária).

O agravo que não impugna, especificamente, todos os fundamentos da decisão recorrida não deve ser conhecido, conforme disposto na Súmula 182/STJ.

Forte nessas razões, NÃO CONHEÇO do agravo em recurso especial, com fundamento no art. 932, III, do CPC/15.

Publique-se. Intimem-se.

No presente recurso, sustenta a embargante que a decisão embargada é omissa no que tange à análise das razões recursais referentes a não incidência da Súmula 7/STJ à espécie, bem como em relação à demonstração de negativa de vigência dos arts. 12 e 18 do CDC.

É o breve relatório.

É notória a busca de efeitos infringenciais, não havendo a alegada omissão, porquanto a decisão embargada trata expressamente da matéria novamente vertida nestes embargos de declaração.

Verifica-se que o aresto embargado, de fato, não padece de omissão, pois o agravo no recurso especial não foi conhecido em razão de sua irregularidade formal (Súmula 182 do STJ), o que lhe prejudica o exame do mérito recursal.

Ademais, com relação à não incidência da Súmula 7/STJ à hipótese dos autos, a decisão embargada expressamente consignou que a parte agravante não demonstrou, de maneira consistente, a inaplicabilidade do referido óbice.

Verifica-se que a embargante pretende, à toda evidência, valer-se dos embargos de declaração para rediscutir matéria já decidida, fazendo com que prevaleça o seu entendimento sobre o tema. Os fundamentos de seus aclaratórios revelam tal inconformidade e o claro desejo de atribuir a eles efeitos infringentes, de abrangência incompatível com a natureza desse recurso.

Dissociado, o pleito, de qualquer um dos pressupostos de

interposição dos embargos de declaração, desautorizada está a pretensão ora declinada, impondo-se, então, a rejeição dos embargos de declaração.

Forte em tais razões, REJEITO os embargos de declaração.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 07 de fevereiro de 2019.

MINISTRA NANCY ANDRIGHI

Relatora

